

DPF estuda primeiros pedidos para a abertura de arquivos

6 OUT 1988

Um grupo de três militantes do Partido Comunista do Brasil encontrou, ontem, no Rio de Janeiro, uma maneira simplificada de tentar obter acesso aos arquivos da Delegacia de Ordem Política Social, da Polícia Federal, onde presumivelmente estão suas fichas. No lugar de impetrar o habeas-data, instrumento constitucional que garante acesso às informações arquivadas pelos serviços de informações, eles se dirigiram à sede da Polícia Federal, na Praça Mauá, no centro do Rio de Janeiro, e fizeram o pedido. Saíram de lá com a promessa de que o caso de cada um seria estudado com rapidez. Bastava dar entrada no requerimento protocolar.

Maria Dolores Bahia, presidente do diretório regional do PC do B do Rio de Janeiro, Elza de Lima Monnerat, membro do diretório nacional, e Carlos Henrique Miranda, diretor da executiva do Sindicato dos Economistas chegaram às 17h30 na Polícia Federal e não levaram mais do que cinco minutos para serem atendidos. Na portaria foram encaminhadas ao terceiro andar, onde fica o Dops. Lá foram atendidas por um policial que, solitamente, ouviu Maria Dolores dizer que estava ali amparada num direito assegurado pela nova Constituição e gostaria de ver sua ficha.

O policial pediu licença e dirigiu-se a uma sala perto dizendo que iria se informar de qual o procedimento correto. Voltou em seguida e informou que era necessário redigir um requerimento dirigido ao superintendente da Polícia Federal no Rio, solicitando as informações desejadas. Adiantou que caberia ao superintendente decidir se dava informações ou não e ao requerente procurar a Justiça com o habeas-data caso não tivesse acesso à sua ficha.

"Senti a importância de ter liberdade", alegrou-se Maria Dolores. Ela classificou o comportamento da polícia de "constitucional". "O policial deu a impressão de que vai cumprir a Constituição. Antes nos diriam que nós tínhamos é que ser presas por ser comunistas ou, no mínimo, nos faria esperar horas". Apesar de elogiar o comportamento da polícia, Maria Dolores ainda tem dúvidas de que verá sua ficha. "Nada garante que eles me darão informações. Podem simplesmente alegar que não há nada arquivado a meu respeito", acautela-se.

No uso dos direitos conferidos pela nova Constituição Federal, três candidatos a vereadores pelo Partido dos Trabalhadores — PT, no Rio de Janeiro, Chico Alencar, Cid Benjamin e Ângela Borba, entregaram ontem ao Secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, um requerimento solicitando informações sobre todos os registros e dados constantes de suas fichas pessoais junto a antiga Delegacia de Ordem Política e Social — DOPS. O trio não tinha audiência marcada, mas foi recebido pelo secretário, no final da manhã.

No encontro, que durou cerca de 20 minutos, Saboya esclareceu que o arquivo do Dops teria sido transferido para a Superintendência de Polícia Federal-RJ, no final do governo Chagas Freitas e que,

provavelmente, nada teria ficado na dependência da Secretaria de Polícia Civil. Os candidatos pediram ao secretário esta declaração por escrito, bem como uma averiguação sobre o que pudessem ter restado de informações fora da Polícia Federal. Saboya prometeu que mandaria verificar junto à Coordenadoria de Análises — COAN e ao Instituto Félix Pacheco e daria as informações que tivesse e que gostaria também de verificar a própria ficha, lembrando que também foi preso mais de uma vez pelos órgãos de segurança. "O que o sujeito pensa não me interessa. Quero saber se ele é bandido, ladrão".

Segundo o candidato Cid Benjamin, não se trata de 'mera curiosidade' a solicitação de acesso às suas fichas. "Trata-se de uma forma de lutar contra essa armazenagem de dados que podem ser usados não se sabe com que fins. Enfim, eliminar todo esse resquício de ditadura", diz ele. Da mesma forma, Ângela Borba quer saber, por exemplo, o que constava de um atestado ideológico dela exigido, em 1972, por ocasião de sua admissão na Embratel. Ângela com este gesto e o de seus companheiros de partido, acredita estar fazendo um 'trabalho pedagógico' de mostrar à população que os direitos existem para serem exercidos. Os três candidatos voltam a se reunir com Hélio Saboya no fim da semana que vem.

Demora gaúcha é de uma semana

PORTO ALEGRE — Demitido em 1968, por motivos políticos, do extinto Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), o advogado Omar Ferri pediu ontem cópias de suas fichas no SNI e na Polícia Federal. No SNI, uma funcionária lhe disse que ele teria de fazer um requerimento conforme modelo elaborado pelo serviço especificamente para esses casos e, na Polícia Federal, informaram que a entrega de ficha demoraria uma semana.

— A fórmula burocrática do SNI é uma forma de o organismo continuar cerceando os direitos dos cidadãos adquiridos na nova Constituição — disse Ferri, que foi defensor do casal uruguaio Lilian Celiberti e Universindo Diaz, seqüestrado em 1978 por policiais gaúchos e militares do Uruguai. O problema, em relação ao pedido do SNI, é que Ferri dirigiu o ofício ao delegado-regional, quando, segundo a funcionária encarregada de protocolar os pedidos, o documento deveria ser dirigido ao ministro-chefe do serviço, general Ivan de Souza Mendes.

O chefe da Seção de Relações Administrativas e Arquivo da Polícia Federal, que não quis se identificar, garantiu ao advogado, depois de receber o pedido, que a cópia de sua ficha estaria pronta dentro de uma semana.

Quando voltar, Ferri pretende repetir o pedido ao SNI, desta vez preenchendo o formulário exigido pela delegacia-regional em Porto Alegre.

Salvador — Gildo Lima



□ A vereadora Jane Vasconcelos (PC do B) foi a primeira pessoa na Bahia a solicitar as informações sobre ela na Superintendência da Polícia Federal em Salvador. O pioneirismo exigiu paciência: esperou 40 minutos na portaria, enquanto dois funcionários buscavam uma solução. O primeiro disse que ela deveria enviar requerimento ao diretor da

Polícia Federal, Romeu Tuma; o segundo informou que o documento deveria ser encaminhado ao superintendente Paulo Marcelo Zimmerman. Este, finalmente, depois de marchas e contramarchas, recebeu Jane, acusada de comandar um quebra-quebra de ônibus em 1981, e prometeu lhe entregar cópias das fichas em três ou quatro dias.

Funcionalismo usa novidade jurídica contra governador

BELO HORIZONTE — A coordenação sindical do funcionalismo público impetrou ontem, contra o governo de Minas, no Tribunal de Justiça do Estado, nesta capital, um mandado de segurança coletivo — novo instrumento jurídico, de defesa dos "direitos líquidos e certos" dos cidadãos, criado pela Constituição Federal — para reivindicar a realização de uma assembléia de servidores na Praça da Liberdade.

Na tarde de anteontem, uma passeata de cerca de 300 funcionários públicos — a maioria da área de saúde — foi barrada por um cordão de policiais militares armados de cassetetes, na Avenida João Pinheiro, no Centro da cidade, a apenas um quarteirão da Praça da Liberdade.

A coordenação sindical enviou telex ao presidente da Câmara Federal, deputado Ulysses Guimarães, comunicando, "com tristeza, decepção e profundo pesar que, ao término da festa da promulgação da nova Constituição, o Sr Newton Cardoso traiu a Constituição e a Pátria". O telex diz ainda que Newton "impediu o funcionalismo público mineiro de realizar assembléia da categoria na 'praça chamada Liberdade'".

O telex termina convidando Ulysses para a nova assembléia, na Praça da Liberdade, quarta-feira, dia 12.

Ao governador Newton Cardoso, que se retirou ontem para sua fazenda em Pará de Minas e não participou da instalação da constituinte estadual, a coordenação sindical enviou telex, afirmando que, para governar, ele deve "cumprir a Constituição". O governo de Minas não se manifestou mais sobre o episódio, restringindo-se às declarações dadas pelo secretário de Segurança Pública, Sídney Safe da Silveira, anteontem, sustentando que impedida a manifestação, anteontem, dos servidores não com base no direito de reunião, garantido pela Constituição, mas com base no Código Eleitoral.

Carta está à venda em três disquetes para computador

SÃO PAULO — Quarenta e oito horas após a sua promulgação e ainda sob intenso ataque dos conservadores, a nova Constituição tem agora a sua versão informatizada, preparada durante 20 meses com o auxílio do Prodsen (Centro de Processamento de Dados do Senado), tornando-se desde ontem acessível a todo cidadão que queira colocá-lo na memória de seu computador.

A "Constituição Eletrônica", um software (programa) distribuído em três disquetes, em conjunto à venda por 10 OTN's — cerca de Cz\$ 31 mil — foi lançada ontem pela estatal Prodesp (Processamento de Dados do Estado de São Paulo), numa cerimônia em que quase nada funcionou.

O principal convidado do ato de lançamento, na sede da empresa, o ministro da Ciência e Tecnologia, Ralph Biasi, só à última hora e quando a cerimônia se iniciava avisou que não compareceria. A maioria das demais autoridades mandou representantes. E o áudio-visual sobre as atividades da Prodesp, por problemas técnicos, não pôde ser apresentado.

Mas a "Constituição Eletrônica", ou "Disquete Constituinte", como está sendo chamada, está perfeita. Desenvolvido pela Prodesp, o sistema permite localizar e consultar, em poucos segundos, qualquer tema tratado na nova Carta. Os três disquetes contêm a íntegra do texto e quadros resumidos dos capítulos, trazendo também comparações entre a Carta anterior — a emenda constitucional nº 1, editada em 1969 pela Junta Militar — e a atual nos itens mais significativos.

Pelos três disquetes, o cidadão pode imediatamente qualquer dispositivo. Para saber, por exemplo, questões relativas à utilização do solo, basta que o usuário da "Constituição Eletrônica" digite a palavra terra